

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita restringe uso de créditos obtidos por meio de ações coletivas.....2

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Banco Central regulamenta 'cripto' com regras mais duras para empresas pequenas.....4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 3,4 milhões de beneficiários do INSS ficarão isentos de IR.....6

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI ouve dirigente ligado a fraudes no sistema do INSS.....7

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: o custo da modernização e a necessidade de antecipação.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - MINERAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor cobra modernização e segurança jurídica.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Venda ao resto do mundo compensa perda com tarifaço.....11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

A IA pelo Brasil - PEDRO DORIA.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Comércio "verde" pode destravar baixo carbono.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Fazenda enviará informações sobre bets, diz Haddad.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

IA em ponto de inflexão: entre o avanço e o abismo (Editorial).....17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bom humor global leva Ibovespa a novo recorde.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

Potência monetária sob novo canal bancário (Artigo).....21

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - MINERAÇÃO
ECONOMIA

O desafio à frente.....22

Receita restringe uso de créditos obtidos por meio de ações coletivas

Beatriz Olivon

A **Receita Federal** criou mais critérios para a habilitação e uso de créditos tributários reconhecidos em ações judiciais coletivas propostas por associações. Por meio da compensação, esses créditos são usados como uma espécie moeda, reduzindo o valor de imposto a pagar. Porém, nos últimos anos, começaram a se multiplicar as chamadas "vendas de mandados de segurança coletivos", vistas como fraude pelo Fisco.

As novas determinações estão na Instrução Normativa da **Receita Federal** nº 2288, publicada ontem no Diário Oficial da União. A IN prevê expressamente, por exemplo, que o pedido de habilitação do crédito será negado se o mandado de segurança coletivo tiver sido proposto por "associação de caráter genérico" ou se a filiação à associação ou o ingresso na categoria profissional tiver ocorrido após o trânsito em julgado da ação coletiva (quando não cabe mais recurso no processo).

Estariam ocorrendo abusos no uso dessas ações coletivas e orientações equivocadas com relação à compensação dos créditos nelas reconhecidos, colocando contribuintes em risco de serem autuados, segundo o tributarista Fabio Calcini, sócio do Brasil Salomão e

Matthes Advocacia.

Os abusos mais típicos, segundo o advogado, eram de contribuintes que se associavam a entidades localizadas em outros Estados ou referente a atividade econômica distinta. "Agora a Receita exige pertinência com a associação ou sindicato que entrou com a ação coletiva", diz. "Se é uma associação de frigoríficos, não é possível que uma empresa que comercializa celulares se associe", exemplifica.

Nesse sentido, segundo Calcini, a IN foi adequada e veio em boa hora para limitar um uso fraudulento. "Até vendiam [associações] para o contribuinte usar decisões que nem transitadas em julgado [concluídas] estavam", afirma o tributarista.

Um ponto polêmico da IN, segundo o advogado, é a previsão de que o contribuinte que aderir à entidade após o ajuizamento da ação, ainda que antes da

conrrior cessão do mandado de segurança, terá o creditamento limitado. "É ilegal e viola o direito do contribuinte", diz. Calcini acredita que essa restrição pode acabar sendo judicializada.

A **Receita Federal** deverá exigir o cumprimento dos novos critérios mesmo na análise de compensações tributárias que já foram feitas e estão dentro do prazo de cinco anos para homologação, segundo alerta a advogada Cristiane Matsumoto, sócia do escritório Pinheiro Neto. "Teve um boom [nas compensações], muito por conta dos julgamentos da tese do século e sobre o Sistema S, e várias consultorias, assim como as próprias associações, acabaram tentando vender mandados de segurança coletivos para as empresas", afirma.

Pela tese do século, o Supremo Tribunal Federal excluiu o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Sobre o Sistema S, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que as contribuições devidas ao Sesi, Senai, Sesc e Senac devem incidir sobre toda a folha de pagamentos das empresas, mas, antes, decisões limitavam essa base a 20 salários mínimos.

Cristiane acredita que isso pode ter motivado a Receita a impor mais formalidades às compensações tributárias. A orientação aos clientes, diz ela, sempre

foi de checar a legitimidade, no estatuto da empresa, para aderir ao mandado de segurança coletivo de alguma associação. "Agora, a documentação necessária está mais clara", afirmou, sobre a IN.

A IN determina que cada pedido de habilitação de créditos terá que ser formalizado em um processo administrativo diferente, pelo site da **Receita Federal**. Não será mais possível fazer a compensação tributária diretamente.

Além dos documentos que já eram obrigatórios, as compensações decorrentes de mandado de segurança coletivo exigirão: a petição inicial da ação; o estatuto da entidade que entrou com a ação vigente na data do protocolo do mandado de segurança coletivo; a cópia do contrato social ou do estatuto na data do ingresso na categoria ou da filiação; além de documento que comprove a data de associação ou o ingresso na categoria e, se for o caso, a data de

saída e o inteiro teor da decisão judicial transitada em julgado.

De acordo com Sandro Machado dos Reis, sócio do Bichara Advogados, a principal novidade é que os créditos compensáveis ficarão limitados ao período posterior à filiação, à associação ou ingresso na categoria. Para o tributarista, a restrição faz sentido com relação às associações genéricas, mas quando não for esse o caso as restrições tendem a prejudicar créditos legítimos dos contribuintes.

Nos casos em que o mandado de segurança coletivo não tiver delimitado o grupo de beneficiários, será necessário que a associação tenha objeto determinado e específico quando entrou com a ação e que o contribuinte seja filiado à associação ou integrante da categoria profissional, desde que dentro da abrangência territorial e de finalidade, segundo a nova norma.

Para o tributarista Breno Dias de Paula, do escritório Arquilau de

Paula Advogados Associados, na instrução normativa a **Receita Federal** sinaliza a intenção de restringir o uso do mandado de segurança para a discussão sobre créditos tributários. Também revela, segundo ele, o objetivo de limitar os efeitos da coisa julgada. "Essas iniciativas, na prática, acabam por penalizar os contribuintes e gerar insegurança jurídica", diz.

O contribuinte só terá direito a crédito referente a fatos ocorridos depois da filiação e enquanto ainda estiver na associação. Se quando pedir o ingresso na ação coletiva já estiver em curso a execução do título judicial, diz a IN, será necessário que o contribuinte apresente a cópia da decisão que homologou a desistência da execução desse título ou a declaração pessoal de inexecução da sentença no mandado de segurança coletivo, acompanhada de certidão comprobatória.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não retornou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251111>

Banco Central regulamenta 'cripto' com regras mais duras para empresas pequenas

Ricardo Bomfim, Gabriel Shinohara e Ruan Amorim

O Banco Central (BC) publicou a regulamentação dos criptoativos como se esperava desde 2023, quando foi nomeado pelo governo para supervisionar o setor. Como novidade, estabeleceu um processo de obtenção de licença obrigatória para que uma empresa possa operar com ativos virtuais no Brasil, tornando-se Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais (SPSAVs). Além disso, incluiu algumas transações com ativos virtuais, particularmente em pagamentos internacionais, nas regras do mercado de câmbio. As normas entram em vigor em fevereiro de 2026.

Com a regulação, estruturada nas Resoluções 519, 520 e 521, o mercado de criptoativos fica oficialmente integrado ao sistema financeiro tradicional, de modo que empresas do setor se tornam entes regulados. "Essa estrutura vai trazer muito mais segurança para quem investe em criptoativos no Brasil", disse Gilneu Vivan, diretor de regulação do BC.

Para especialistas, as novas regras mostram uma preocupação maior da autoridade monetária com segurança depois das fraudes e ataques hackers em fintechs, o que resultou em regras mais rígidas para pequenos players. Por outro lado, demonstra que a autoridade monetária ouviu o setor, com normas que atendem pleitos de bancos e das grandes corretoras.

O custo dessa segurança jurídica maior para quem já atua com criptoativos no país será a necessidade de adoção de regras de prevenção à lavagem de dinheiro, combate ao financiamento de terrorismo, reporte de informações e atendimento a requisitos de capital. Nada disso existe formalmente hoje, uma vez que o setor ainda operava em um limbo regulatório.

Nos requisitos de capital mínimo, o BC ampliou consideravelmente os valores exigidos inicialmente na consulta pública após o ataque hacker à C M e outras fraudes de alto perfil no mundo das fintechs. A autoridade monetária separou as empresas de criptoativos em três grupos: intermediárias, custodiantes e corretoras. As intermediárias, que não custodiam dinheiro de clientes, teriam um requisito mínimo de capital de R\$ 1 milhão, segundo consulta pública do ano passado. Agora, o mínimo será de R\$ 10,8 milhões.

Para as corretoras que realizarem operações mais complexas, o requisito mínimo pode chegar a R\$ 37,2 milhões, ante os R\$ 3 milhões antecipados na consulta pública. Na avaliação de especialistas, isso prejudica startups inovadoras, que muitas vezes não têm tanto capital quando começam as operações. Como consequência, impõe uma barreira de entrada que favorece os players maiores.

Erik Oioli, sócio do VBSO Advogados, afirma que algumas empresas terão mais facilidade em se adaptar, enquanto outras precisarão realizar investimentos significativos para atender aos novos parâmetros. "Em contrapartida, o setor passa a se institucionalizar, o que tende a trazer mais estabilidade e atratividade para o mercado."

Segundo a Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABcripto), o capital mínimo exigido gera questionamentos no setor apesar de o marco ser "positivo e necessário". "É importante garantir que a regulação fortaleça a confiança e a integridade do mercado, mas sem criar barreiras desproporcionais que possam limitar a competitividade ou desestimular novos entrantes", disse em nota Bernardo Srur, CEO da associação.

A medida favorece principalmente grandes corretoras de criptomoedas e bancos das finanças tradicionais que desejam

crescer sua presença no mercado de ativos digitais. Hoje, Itaú, Nubank e BTG Pactual permitem a compra e venda de criptomoedas em seus aplicativos, ao passo que o Bradesco faz isso por meio da corretora Ágora.

Tatiana Guazzelli, sócia do Pinheiro Neto Advogados, destaca que a redução do prazo de 12 meses para 90 dias para quem queira operar com ativos virtuais a partir da entrada em vigor da regra é positiva para as instituições financeiras interessadas no mercado.

Já no caso de corretoras estrangeiras, a exemplo de Binance, Coinbase e OKX, duas regras foram vistas como positivas. A primeira é a possibilidade de contratar instituições financeiras no modelo "banking as a service" (BaaS) para gerir contas de pagamento aos clientes. A segunda é a afirmação categórica na

regulação de que transações com criptomoedas em um livro de ordens global não podem ser consideradas operações do mercado de câmbio.

Guazzelli ressalta que criar uma conta de pagamento própria pesa muito na exigência de capital mínimo, então contratar um terceiro pode reduzir a carga regulatória. "A exigência de capital é bastante substancial, mas está entre as potenciais medidas para reduzir a exposição a risco da instituição. Precisou-se adotar medidas de segurança para evitar fraudes como as que ocorreram recentemente", argumenta.

A respeito do mercado de câmbio, a norma do BC incluiu as

transações com ativos virtuais como passíveis de serem consideradas dentro do segmento. O foco foi dar maior visibilidade em transações com stablecoins, as criptomoedas de valor atrelado a divisas como o dólar.

Tiago Severo, sócio do Panucci, Severo e Nebias Advogados, diz que a mudança permite que o BC supervisione os fluxos de stablecoins dentro do sistema de câmbio, exigindo registro e reporte. Por outro lado, Severo aponta que a regra não cria, por si só, exigência de cobrança de Imposto sobre Operação Financeira (IOF) sobre essas operações. Na apresentação do BC, Vivan afirmou que a questão tributária é de competência da **Receita Federal**, portanto, o BC não trataria do tema.

Para o Itaú, ainda há pontos que carecem de maior definição, especialmente no contexto da inserção dos criptoativos no mercado de câmbio. "Questões como a eventual incidência do IOF-Câmbio e a aplicação da Lei 4.131, no que se refere à verificação do recolhimento de Imposto de Renda, seguem em aberto."

Para Nicole Dyskant, especialista em regulação da Fireblocks e fundadora da startup regulatória RegDoor, a parte mais polêmica da regulação foi a equiparação de pagamentos transfronteiriços com stablecoins ao câmbio, porém não foi de todo ruim para o setor. "Isso traz um peso de compliance, mas fortalece a integração entre o sistema financeiro tradicional e o mercado de ativos virtuais", comenta.

Dois pontos que mostraram como o BC ouviu o mercado desde a publicação das consultas foram a derrubada da proibição da autocustódia de criptoativos e a permissão para que bancos e corretoras de câmbio atuem no setor.

Na questão da autocustódia, a autoridade antes previa

a proibição do saque de criptomoedas para carteiras digitais nas quais o usuário é dono da chave de acesso, sem que nenhuma pessoa jurídica custodie os ativos. A vedação foi transformada em necessidade de identificação de usuários que fazem uso deste tipo de carteira por parte das SPSAVs. Assim, se um usuário sacar bitcoins da corretora para uma wallet, essa corretora precisará avisar o BC e verificar a origem e o destino dos valores.

A diretora-executiva da Associação Brasileira de Tokenização e Ativos Digitais (ABToken), Regina Pedroso, celebrou que o BC tenha acatado as recomendações do setor privado neste caso.

Já em relação à possibilidade de bancos e corretoras de câmbio atuarem com cripto, a Associação Brasileira de Câmbio (Abracam) diz que a medida atende a um dos principais pleitos da associação desde a publicação das consultas públicas. "Com essa decisão, o Banco Central promove maior integração entre o mercado cambial tradicional e o ambiente de criptoativos", diz.

Entre as corretoras, o MB (Mercado Bitcoin) apontou que a regulamentação cria "bases sólidas" para um mercado "mais seguro e maduro". Em nota, avalia que as resoluções que tratam das prestadoras de serviços colocam o Brasil entre as referências globais de regulação e a norma sobre o mercado de câmbio "reflete um entendimento mais sofisticado" do BC.

A Coinbase disse reconhecer os esforços do BC em ouvir o mercado e incorporar contribuições, como os requisitos de custódia e a proibição de transferências para carteiras de autocustódia.

O Bitybank afirmou que a nova redação permitirá que a empresa siga realizando operações internacionais com stablecoins. "A regulamentação da atividade de câmbio via ativos virtuais abre caminho para uma integração mais sólida entre mercado cripto e economia real", diz Ibiaçu Caetano, do Bitybank.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251111>

Mais de 3,4 milhões de beneficiários do INSS ficarão isentos de IR

MÔNICA PEREIRA E MARCOS FURTADO

Dados do **INSS** indicam que um total de 3.428.210 aposentados, pensionistas e titulares de auxílios pagos pelo órgão e que recebem entre R\$ 3.076,01 e R\$ 5 mil por mês serão beneficiados pela ampliação da isenção do Imposto de Renda, aprovada pelo Congresso na semana passada. Nada vai mudar, no entanto, para os 36.045.433 beneficiários que hoje já são isentos do pagamento, pois recebem até R\$ 3.076 (limite atual de isenção de IR).

Dessa forma, quase 40 milhões de aposentados e pensionistas estarão isentos da cobrança do imposto sobre seus benefícios a partir de 2026. Os cálculos indicam que os beneficiários que recebem R\$ 5 mil por mês (R\$ 60 mil por ano) terão uma sobra de R\$ 312,89 em sua renda mensal.

Ainda de acordo com dados do **INSS**, outros 1.429.671 segurados que hoje recebem entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350 vão pagar menos imposto. Isso porque a proposta enviada ao Congresso Nacional pelo governo e aprovada no Senado na quarta-feira passada - depois de passar pela Câmara dos Deputados - também estabelece um desconto progressivamente menor para rendimentos nessa faixa salarial.

DUPLA ISENÇÃO

Dentro desse grupo entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, os beneficiários com idade a partir de 65 anos e que recebem até R\$ 6.903,98 serão totalmente isentos, por causa da legislação que prevê dupla isenção de R\$ 1.903,98 (valor que funciona como uma faixa adicional de isenção) a aposentados e pensionistas na faixa etária.

-A lógica da lei é que quando o beneficiário completa 65 anos, geralmente, passa a ter mais despesas com saúde - explica Paulo Henrique Pêgas, professor de Contabilidade do Ibmecc Rio.

O especialista explica que, como a dupla isenção incide diretamente na fonte todos os meses, o valor da restituição do IR será afetado a partir de 2027.

-Em alguns casos, o beneficiário vai sentir uma redução no valor da restituição do IR anual devido

porque, na prática, pagou valor menor de imposto ao longo do ano.

O **INSS** informou que apenas 200.391 segurados recebem hoje acima de R\$ 7.350. Em geral, esses contribuintes não serão impactados pelas mudanças, pois a tabela progressiva do Imposto de Renda não foi alterada. A exceção é quando eles têm a partir de 65 anos.

- Um beneficiário de 65 anos que recebe, por exemplo, R\$ 7.904 já tem o direito à dupla isenção de R\$ 1.903,98. Com isso, esse segurado ficaria com pouco mais de R\$ 6.000 tributáveis. Mas por causa do aumento da primeira faixa de isenção para R\$ 5.000, ele vai ficar com apenas R\$ 1.000 tributáveis. Com isso, vai ter uma redução de quase R\$ 180 por mês no imposto a pagar - detalha Henrique Pêgas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CPMI ouve dirigente ligado a fraudes no sistema do INSS

Pedro Lacerda - Repórter da Rádio Nacional

O empresário Igor Dias Delecode, dirigente da Associação de Amparo Social do Aposentado e Pensionista, ou AASAP, foi ouvido nesta segunda-feira pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga fraudes em aposentadorias e pensões do **INSS**.

Amparado por um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal, o empresário não respondeu a maioria das perguntas formuladas pelos parlamentares.

Segundo as investigações da Polícia Federal, as 4 entidades associativas que tinham relações com Igor Dias teriam faturado mais de 700 milhões de reais em descontos indevidos. Ele é apontado como proprietário de uma das principais empresas fornecedoras de ferramentas eletrônicas utilizadas para fraudar o sistema de biometria facial do **INSS**.

Para o relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar, do União Brasil de Alagoas, o investigado não explicou como encontrou tantas brechas no sistema previdenciário brasileiro.

"O papel dele era no núcleo tecnológico, ou seja, ele deu uma aparência de legalidade a tudo aquilo que foi feito por meio de falsificação. [...] mas o que eu queria saber dele não é a participação dele, eu queria que ele desvendasse essas brechas legais dentro do sistema previdenciário brasileiro".

Relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, comprovam que o dinheiro arrecadado pela associação era desviado pelo grupo de Igor Dias para sua própria empresa.

Os documentos também mostram que eles fizeram transferências a parentes de dirigentes do **INSS**, além de gastar milhões com carros esportivos, joias e embarcações. Uma fintech e uma construtora também são alvos das investigações.

O deputado Kim Kataguirí, um dos autores do requerimento de convocação de Igor Dias, explicou que o depoente tem várias empresas de TI, responsáveis pela validação de assinaturas, e que foram utilizadas pelos sindicatos para efetuarem os descontos associativos.

"Ele foi dirigente de três ou quatro associações que utilizaram a própria empresa dele, ou seja, ao mesmo tempo que ele era dirigente de sindicatos que desviava dinheiro de aposentado, ele usava as empresas dele para validar aquelas assinaturas falsamente".

Durante o interrogatório, diversos parlamentares criticaram a decisão do ministro do STF Gilmar Mendes de conceder habeas corpus para o empresário.

Igor Dias começou seu depoimento se apresentando rapidamente e depois passou a palavra para o seu advogado, Levy Magno, explicar o que chamou de exercício de direito ao silêncio.

SONORA ADVOGADO

"Eu dizia agora nesse último despacho no gabinete do ministro Gilmar Mendes, é importante que para a defesa técnica, e eu quero pedir mil desculpas a vossas excelências, mas faço o papel na sua totalidade em favor daquele que se procura. E eu digo a vossas excelências o seguinte, e eu disse, ele é um investigado, ele não tem condições de assumir termo de compromisso e nem assumir o compromisso de dizer a verdade."

A CPMI vai funcionar até 4 de dezembro. Um dos últimos depoimentos previstos para este ano será do atual ministro da Previdência, Volney Queiroz, no dia 1º de dezembro.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2025-11/cpmi-ouve-dirigente-ligado-fraudes-no-sistema-do-inss>

Reforma tributária: o custo da modernização e a necessidade de antecipação

A aprovação da **reforma tributária**, com a instauração da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), é um marco inegável na busca por um sistema fiscal mais moderno e menos complexo no Brasil. No entanto, é fundamental que as empresas compreendam que essa transição, embora prometa ganhos de eficiência no longo prazo, traz consigo custos iniciais de adaptação que não podem ser subestimados. A modernização tem um preço, e a forma como as companhias se planejam agora definirá seu sucesso operacional na próxima década.

Os principais custos iniciais estão concentrados na adaptação operacional. Estamos falando de um esforço massivo de revisão de processos internos, sistemas de faturamento e contabilidade, parametrizações tecnológicas, e até mesmo na redefinição de estratégias comerciais e revisão de contratos. Não se trata apenas de mudar uma alíquota, a forma de apuração, mas de reestruturar a espinha dorsal fiscal e tecnológica das empresas.

O impacto desses investimentos não é uniforme. Para os grandes contribuintes, com operações complexas, cadeias de fornecedores extensas e múltiplas filiais, o foco estará no investimento em tecnologia e no compliance fiscal. A adaptação exige equipes dedicadas, a contratação de consultorias de alto nível e exaustivos testes de sistemas para modelagem da reforma.

Já as pequenas e médias empresas (PMEs) enfrentam um desafio distinto: a falta de sistemas integrados ou departamentos fiscais especializados. Elas terão que investir significativamente em softwares de gestão e no treinamento de pessoal. Embora as startups possam ser vistas como mais tecnológicas, elas também precisarão rever seus sistemas e dimensionar os impactos da reforma em sua operação. Estima-se que, em geral, esses investimentos em consultorias, reparametrização e treinamento possam representar de 0,5% a 2% do faturamento anual das empresas.

Um ponto de grande atenção é a indefinição que ainda cerca a reforma. Muitos detalhes cruciais - como regras de crédito, o regime de transição, particularidades setoriais e o funcionamento do cashback - dependem de legislação adicional. Essa incerteza gera um risco real de retrabalho. O que está sendo adaptado hoje

pode precisar ser alterado amanhã em razão de uma nova realidade legislativa.

Diante disso, o planejamento não pode esperar. As empresas devem mapear processos que, pela natureza da reforma, têm menor probabilidade de grandes alterações, adotar uma transação tecnológica que seja flexível e permita adaptações de longo prazo e, por fim, estruturar comitês internos de acompanhamento legislativo ou contratar consultoria especializada para garantir o monitoramento contínuo das mudanças.

Outra transformação radical será imposta pelo split payment, a retenção e destinação do tributo diretamente ao Fisco no ato do pagamento da operação. Isso exige uma reconfiguração estrutural dos sistemas de pagamento. O Brasil não possui um modelo similar hoje, e a obrigatoriedade de integração das empresas de meios de pagamento às plataformas do Fisco demandará adaptações tecnológicas robustas.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Apesar dos desafios, é importante ressaltar que o Brasil possui uma base tecnológica sofisticada, notadamente na matéria fiscal e no sistema bancário, como evidenciado pelo Pix. A experiência com o SPED, a nota fiscal eletrônica e as obrigações acessórias digitais fomentou o surgimento de fornecedores nacionais especializados. Nossa capacidade de absorver essa demanda é alta. O maior obstáculo tecnológico será a coexistência dos dois sistemas até 2033, que exige plataformas com automação em tempo real e múltipla inteligência de dados.

A necessidade de se adaptar, no entanto, é uma oportunidade de ouro para as empresas. A **reforma tributária** força uma revisão integral da operação: processos de compras, vendas, cadeia de suprimentos e, sobretudo, a revisão de contratos e políticas de preços. Esse olhar detalhado para o compliance fiscal e a estrutura contratual pode, inclusive, abrir espaço para o desenvolvimento de novos modelos de negócio mais eficientes e competitivos.

No longo prazo, a redução da complexidade e do custo de conformidade beneficiará, sobretudo, os setores que hoje mais sofrem com o sistema atual. Contudo, até o momento, as empresas devem se planejar assumindo que serão as únicas responsáveis por arcar com os custos desse investimento. Não há, até agora, previsão de subsídio ou apoio governamental para as despesas de adaptação das PMEs.

A transição será custosa e exigente, mas a proatividade no planejamento e o investimento inteligente em tecnologia e consultoria são os únicos caminhos para transformar esse desafio em vantagem competitiva.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Reforma tributária: o custo da modernização e a necessidade de antecipação

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/11/reforma-tributaria-o-custo-da-modernizacao-e-a-necessidade-de-antecipacao.shtml>

Setor cobra modernização e segurança jurídica

Geraldo Bastos Para o Valor, de Salvador

O setor de mineração, estratégico na economia brasileira e essencial para a transição energética global, enfrenta desafios complexos. Em jogo estão a modernização do arcabouço legal, a crise de gestão da Agência Nacional de Mineração (ANM) e os impactos da **reforma tributária**. São temas cruciais a essa indústria para garantir um ambiente seguro, previsível e competitivo que atraia investimentos.

"O Brasil vive um momento de polarização, mas pautas de Estado, como a mineração sustentável e responsável, precisam ser prioridade", diz o deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG), autor do Projeto de Lei 2.780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE). A proposta busca estimular a pesquisa, extração e transformação sustentável desses minerais, fortalecer a segurança energética e jurídica e criar incentivos fiscais e programas de capacitação.

Zé Silva alerta que o atraso na votação do projeto compromete a competitividade e o aproveitamento das oportunidades no setor, especialmente diante da crescente demanda global por minerais, que deve aumentar cerca de 40% até 2040, segundo a Agência Internacional de Energia. "Precisamos ter cuidado com a disputa entre Estados Unidos e China para não confundir soberania com monopólio", diz o deputado.

Outra prioridade é a derrubada dos 63 vetos presidenciais ao Projeto de Lei 2.159/2021, a chamada Lei Geral do Licenciamento Ambiental, além da atualização do Código de Mineração, considerado "arcaico e obsoleto", com sua última grande revisão em 1967. "O setor mineral precisa apenas que os processos legislativos sejam aperfeiçoados, porque a riqueza [os minérios] Deus já nos deu. Licenciamento paralisado e vetos desgastam governo, o Congresso e empreendedores", afirma a deputada Greyce Elias (Avante-MG).

A ex-senadora Kátia Abreu, CEO da BRZ Consulting, observa que o Brasil detém a segunda maior reserva mundial de terras raras, mas explora apenas 1%. "Não faz sentido uma mina levar dez anos para obter licenciamento e mais cinco para iniciar a exploração. Nenhum investidor resiste a esse cenário. Reavaliar os vetos é fundamental para dar tranquilidade e regras

claras a quem quer minerar no país."

A **reforma tributária** também impõe desafios ao setor. ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços

(IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A promessa é de simplificação e redução do contencioso, graças à não cumulatividade plena. Clarissa Amaral Freitas Brandão, diretora jurídica e de assuntos públicos da Hochschild Mining Brasil, diz que o período de transição até 2033 permitirá uma adaptação gradual, e os ganhos de simplificação serão percebidos no longo prazo.

Brandão destaca como principal avanço "a adoção de uma regra única aplicável em todo o território nacional". Já a advogada Renata Ribeiro Kingston, sócia do Mello e Torres Advogados, diz que a "reforma melhora o ambiente de negócios, desde que a não cumulatividade seja respeitada e o ressarcimento de créditos funcione. A simplificação e a amplitude do IBS/CBS podem reduzir contencioso e custos de compliance".

A principal preocupação é o Imposto Seletivo (IS). Sua possível incidência cumulativa, somada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), pode elevar a carga tributária do setor. O IS foi criado para desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente. O minério de ferro foi incluído na lista.

Os impasses legislativos e tributários se somam à fragilidade institucional da Agência Nacional de Mineração (ANM). Criada em 2017, a agência sofre com a falta de estrutura e carência de pessoal, que minam a capacidade de regulação do setor. A crise se aprofunda com o contingenciamento orçamentário. A ANM conta com 659 servidores, ou seja, 30% dos 2 mil cargos previstos e recebe menos de 1% da arrecadação da CFEM, quando deveria ser 7%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251111>

Venda ao resto do mundo compensa perda com tarifaço

Marta Watanabe e Álvaro Fagundes

O embarque aos EUA no agregado de produtos atingidos pelo tarifaço e nos quais os americanos representam ao menos 5% da exportação brasileira caiu de agosto a outubro deste ano ante iguais meses de 2024, mas aumentou para o resto do mundo. Mais do que isso, o valor total perdido nas vendas ao mercado americano nesse grupo de bens foi superado pelo aumento de receitas de embarques dos mesmos itens para os demais mercados.

De agosto a outubro deste ano a venda agregada aos americanos de 1.503 bens não isentos do tarifaço resultou em receita USS 1,58 bilhão abaixo da auferida em igual trimestre do ano passado. Para o resto do mundo, o mesmo grupo de produtos rendeu USS 3,1 bilhões a mais de exportações brasileiras, mantida a comparação.

A fatia de ao menos 5% das exportações aos americanos considerou os valores embarcados de agosto a outubro de 2024. Esse recorte abarca 96% do valor de todos os produtos atingidos pelo tarifaço e exportados pelo Brasil nesse trimestre.

Os números foram levantados pelo Valor com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic). Foi usada a lista de produtos atingidos pelo tarifaço elaborada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). A lista inclui não só os produtos atingidos pelo tarifaço de 50% como também pela Seção 232 estabelecida pelo presidente dos EUA, Donald Trump, em abril deste ano. O tarifaço de 50% (um dos mais altos **impostos** pelos Estados Unidos) foi anunciado pelo governo Trump no fim de julho.

"No agregado, o tarifaço americano não é uma hecatombe. Não há perda do ponto de vista macroeconômico, embora a sinalização das medidas americanas seja ruim", diz Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi.

"Os dados mostram capacidade de redimensionamento bem grande dentro da exportação dos produtos atingidos. O agregado reflete mais os produtos com maior peso, parte importante deles relacionada a atividades de início de cadeia produtiva e que dependem menos dos Estados Unidos." Isso, porém,

pondera o economista, não tira o problema de alguns produtos e setores, principalmente dos mais expostos ao mercado americano.

Os dados mostram comportamento heterogêneo entre os produtos embarcados. Do total de 1.503 itens, 364-24,2%-tiveram aumento no valor exportado aos EUA no trimestre até outubro na comparação com os mesmos meses do ano passado. Portanto, não foram afetados no período.

Dos demais 1.139 itens nos quais houve queda nos embarques aos EUA, em 463 a receita de exportação também caiu ou ficou igual nos demais destinos. Ou seja, em 30% dos produtos analisados houve perda nas vendas aos americanos, sem qualquer compensação em outros mercados.

Nos demais 676 produtos, houve receita crescimento de valor de exportação ao resto do mundo em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2024, mas em 261 deles o valor embarcado a mais foi menor que a perda com a queda de vendas aos EUA. Ou seja, em 17,4% do universo levantado, a compensação foi apenas parcial. Nos demais 415 itens - fatia de 27,6% dos itens analisados -, o valor destinado ao resto do mundo superou a perda com a queda de embarques ao mercado americano.

A exportação de bens não isentos do tarifaço somou, no agregado, USS 3,76 bilhões de agosto a outubro de 2025, ante os US\$ 5,3 bilhões de iguais meses do ano passado. Para o resto do mundo o mesmo grupo de produtos rendeu total USS 18,2 bilhões em exportações brasileiras em 2025, com alta de 20% ante os USS 15,2 bilhões do ano passado, no mesmo período, sempre considerando os produtos em que o mercado americano teve ao menos 5% do total da exportação brasileira.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com Trump no fim de outubro na Malásia na expectativa de negociar um impacto menor do tarifaço americano nos produtos brasileiros.

A exportação brasileira total aos EUA, incluindo isentos ou não isentos, caiu nos últimos três meses. Segundo a Secex, em agosto, mês em que o tarifaço passou a valer, a queda foi de 16,5%, seguida por 20,3% no mês seguinte. Em outubro a queda se

aprofundou para 37,9%, sempre ante igual mês de 2024. No trimestre até outubro a exportação total aos americanos caiu 24,9%. O embarque dos atingidos pelo tarifaço caiu cm ritmo maior, de 29,6%. Com isso, a fatia dos atingidos pela política tarifária de Trump considerados no levantamento encolheu de 52,3% em 2024 para 49,1% em 2025 na exportação brasileira total aos EUA, de agosto a outubro.

Para Lia Valls, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), os dados mostram que a capacidade do Brasil de redirecionar produtos importantes da pauta aos EUA tem permitido elevar as exportações agregadas.

"Isso não significa, porém, que a negociação com os EUA não seja extremamente importante. O mercado americano continua relevante, embora o efeito do tarifaço, talvez, seja menor do que se esperava. Isso dá estofo maior para o Brasil na negociação."

Num exercício com os 50 maiores produtos exportados aos americanos em 2024, dentre os atingidos, Cagnin alerta que 23 - ou 46% - não conseguiram compensar a perda aos EUA no trimestre encerrado em 2025 ante os valores de igual momento do ano passado.

"A competitividade do Brasil em produtos de início de cadeia consegue contornar a situação mais facilmente. Mas aqueles que possuem um grau de processamento maior e que por isso estão mais expostos às deficiências de No agregado, o tarifaço americano não é uma hecatombe" Rafael Cagnin competitividade do nosso ambiente econômico têm mais dificuldade de fazer esse processo de caminhar. Mas é sempre importante fazer a ponderação que há outros fatores envolvendo, como questões específicas de cada produto." Existem itens, diz, que enfrentam um crescimento global limitado, o que dificulta também o redirecionamento.

Os dados mostram que o jogo de ganhos e perdas de receita de exportação é bem diferente entre os produtos. Dentre os produtos atingidos pela política tarifária de Trump, o item de maior exportação aos EUA são os semimanufaturados de ferro e aço, que somaram US\$ 491,3 milhões em exportação ao mercado americano, com queda de 16,4% contra 2024. Para o resto do mundo, houve alta de 27,2%, sempre de agosto a outubro. A exportação brasileira do produto, porém, é altamente dependente do mercado americano, que absorveu 65,7% do que o Brasil embarcou no trimestre encerrado em outubro. Por isso, nesse item específico, o aumento nas vendas aos demais mercados rendeu US\$ 54,9 milhões a

mais em receitas, o que não foi suficiente para compensara perda de US\$ 96,1 milhões aos EUA.

Na exportação brasileira de café, porém, o quadro foi outro. Os embarques para o mercado americano caíram 16,7% e para o resto do mundo subiram 14,5%. A perda de receita na venda aos EUA foi de US\$ 71,2 milhões. O aumento de embarques ao resto do mundo foi de US\$ 409,4 milhões. A baixa dependência do mercado americano, atualmente de 9,9% - era de 13,1% em 2024 -, ajuda a explicar isso.

Com dinâmica muito parecida está a carne bovina congelada, cujas exportações aos EUA caíram 60,5%, mas subiram 64,3% aos demais mercados do mundo. A perda com os americanos foi de US\$ 165,2 milhões, mas a receita adicional aos outros destinos foi de US\$ 1,7 bilhão. A participação americano no produto caiu drasticamente, de 9,3% em 2024 para 2,4% neste ano, sempre no trimestre até outubro.

André Valério, economista do Inter, destaca que as vendas de carnes ao México se ampliaram com o tarifaço americano. A exportação de carne desossada aos EUA, incluindo resfriadas e congeladas, somaram US\$ 137,9 milhões de agosto a outubro deste ano, 53,7% a menos que em igual período de 2024. Para o México foram US\$ 204,8 milhões, com alta de 174,3%. Para a China, primeiro destino da carne brasileira, a venda subiu 66,3%, mas sobre uma base maior, com total de US\$ 2,98 bilhões neste ano, nos mesmos três meses. Em igual período os embarques de carnes bovinas para Chile, Filipinas e Rússia aumentaram, com altas de 47%, 36,3% e 67,8%, nessa ordem. Todos os cinco países absorveram valor maior em carnes bovinas brasileiras que os EUA de agosto a outubro deste ano.

Alguns produtos, porém, ressalta Valério, não foram absorvidos por outros mercados-casos de alguns tipos de madeiras, assim como armamentos, por exemplo.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188407>

A IA pelo Brasil - PEDRO DORIA

PEDRO DORIA

Durante o ano de 2024, segundo números da McKinsey, 78% das empresas passaram a usar inteligência artificial no trabalho cotidiano. O número vem de uma pesquisa com 1.353 companhias espalhadas por 18 setores em 26 países e faz parte da edição 2025 do Relatório Anual sobre IA da Universidade Stanford. O trabalho coleciona centenas de estudos feitos no ano anterior sobre o avanço da tecnologia no mundo, organiza os dados e os apresenta a partir de uma lógica. Em 2023, 55% das empresas usavam IA. Houve, portanto, um salto. O ano passado foi o ano em que IA virou realidade no mundo corporativo. Mas os números mais incríveis do relatório não são esses, grandes porém genéricos. O que impressiona são os detalhes mais granulares sobre o impacto no trabalho. E, neles, há uma excelente notícia para o Brasil. Uma janela que se abre na direção do futuro, se soubermos adotar as políticas públicas corretas.

De cara, existem três novas profissões já registradas e profissionais sendo contratados. Engenheiro de prompt é a mais óbvia. São aqueles que conhecem IAs profundamente e conseguem escrever os pedidos mais capazes de trazer respostas com qualidade. Há também auditores de modelo. São profissionais com formação em tecnologia que avaliam os resultados gerados por uma IA para confirmar que dão respostas corretas, que usam dados sigilosos de forma segura, que garantem integridade, justiça, seguem compliance ou aquilo de que uma empresa precise ter certeza quando usa a tecnologia. E há "eticistas" de dados. A formação vem da filosofia e do Direito, mas uma especialização em ciência da computação é necessária. É quem cria as regras corporativas para uso de dados e de IA, avalia se algum uso específico pela empresa pode causar danos à própria companhia ou a terceiros.

Além das novas profissões, as pesquisas registram aumento real de produtividade. Em levantamentos incluindo vários setores e mais de 200 mil profissionais, aumento de produção foi registrado entre 10% e 45%. Isso inclui profissões com nível superior das áreas técnica e criativa, além da função de atendimento ao consumidor. No SAC, diz um dos artigos compilados, foi detectado incremento de 14,2% nos problemas resolvidos por hora ao telefone. Basta o atendente contar com o apoio de uma IA treinada para a função. Na área de inovação científica, o salto é maior. A presença de um assistente de IA leva a

44,1% mais descobertas, 39,4% mais patentes, 17,2% mais protótipos de produtos tecnológicos. Desenvolvedores de software que escrevem código com auxílio dos modelos trabalham em média 26,1% mais rápido.

Não é só isso aqui entra a boa notícia para o Brasil. Na indústria de software, desenvolvedores de nível júnior percebem ganhos de produtividade entre 21% e 40%. Os seniores, entre 7% e 16%. No estudo sobre SAC, quem viu mais ganho de produtividade foram os atendentes com piores resultados. Mesmo na área científica, o aumento foi percebido mais nas instituições com menos recursos técnicos e financeiros que nas maiores.

Ou seja: inteligência artificial pode diminuir a diferença entre o trabalhador menos e mais qualificado. Esse é o grande dilema brasileiro.

Uma análise do Wilson Center avalia que um governo fiscalmente responsável aliado à ampla adoção de IA pode elevar o **PIB** em 5 pontos percentuais na próxima década. Segundo outro estudo publicado em Stanford, as áreas mais promissoras são agricultura, manufatura e manutenção, além de educação e saúde.

Só que não é garantido. Formamos pouca gente no ensino técnico, as escolas públicas são particularmente ruins no ensino médio. E, para operar bem modelos de IA, trazendo deles o melhor resultado, é preciso algo básico, que não oferecemos aos jovens brasileiros. Se até 2030 formos capazes de puxar para cima, nacionalmente, a qualidade do ensino médio, a inteligência artificial poderá auxiliar muito a nivelar o Brasil às economias mais ricas.

Perante a novidade tecnológica, uma oportunidade se abre. O que exige do Brasil é responsabilidade fiscal e educação pública de qualidade. Ora, ora, quem poderia adivinhar que nosso problema era esse?

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Comércio "verde" pode destravar baixo carbono

A transição para uma economia de baixo carbono só será viável se for economicamente razoável - e o comércio internacional pode ser a peça que falta para destravar esse processo por possibilitar a realocação da produção intensiva em energia para regiões com recursos renováveis e custos mais baixos, como o Brasil. Esta é a proposta central de um estudo inédito do economista Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília (UnB), que será apresentado na , nesta terça-feira (11), em Belém, no Pará.

Em vez de tratar o comércio como um entrave à descarbonização - pela lógica tradicional do "vazamento de carbono" -, o estudo sugere que o livre comércio de produtos verdes pode ser um catalisador para acelerar a transição energética, reduzir custos e redistribuir investimentos de forma mais eficiente.

"Precisamos colocar o comércio na mesa como ferramenta de descarbonização (...). Esse processo só para em pé se for razoável do ponto de vista do negócio", defende o professor, que também foi vice-presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e é colunista do Valor.

Seria uma espécie de "nova geografia da competitividade energética" criada a partir da arbitragem de carbono - convertendo o comércio em um instrumento climático eficiente "que transforma a transição energética de um fardo fiscal em uma

oportunidade para o crescimento sustentável e a industrialização", defende o estudo.

A aplicação da arbitragem de carbono - ideia segundo a qual transferir a produção de regiões com alta emissão para regiões com energia limpa gera uma redução líquida de emissões globais, resultando em ganho climático e econômico simultâneo - é um dos pontos centrais do estudo conduzido pelo economista.

Arbache sugere uma "liberalização global de produtos verdes", o que reduziria a **inflação verde** dos países desenvolvidos - inflada pelos subsídios públicos atuais. O paradoxo, segundo ele, é que o mundo busca trilhões de dólares para descarbonizar enquanto países como o Brasil oferecem energia limpa em escala.

ÍL o que se classifica como Vantagem Comparativa Verde (Gre-en Comparativc Advantage, GCA), que reconhece a sustentabilidade como novo eixo de competitividade global. Junto com o povvershoring, conceito cunhado pelo próprio Arbache em 2022 - que defende a localização de indústrias intensivas em energia em regiões com abundância de recursos renováveis e seguros -, pode-se gerar sinergias econômicas e climáticas.

Ao deslocar a produção de países de alta emissão para nações com energia limpa - como o Brasil -, o mundo conseguiria reduzir drasticamente o custo e o tempo da transição. De um lado, as economias desenvolvidas podem assumir os custos de transição por meio do powershoring e de importações estratégicas. Do outro, as economias emergentes podem equilibrar o desenvolvimento da capacidade doméstica com o comércio internacional.

De acordo com o professor da

UnB, entre alguns exemplos eficientes está o da Islândia, que é líder em prêmios verdes - custo adicional por escolher uma tecnologia, por exemplo, que tenha como principal vantagem a sustentabilidade. Já o Brasil, com uma vantagem temporal de 18 a 30 anos, detém uma oportunidade única de liderança industrial em setores verdes.

"O Brasil já opera o que China, Estados Unidos e União Européia levarão décadas e trilhões de dólares para alcançar: uma matriz elétrica com cerca de 90% de re-

"Precisamos colocar o comércio na mesa como ferramenta de descarbonização" Jorge Arbache

nováveis", calcula o professor. Segundo ele, a capacidade de operação brasileira, além de ser estável e limpa, oferece vantagem de 18 a 30 anos em relação a países como a China (cerca de 35% de energia renovável), os EUA (24%) e a União Européia (47%), todos ainda fortemente dependentes de térmicas, ressalta Arbache.

Para alcançar cerca de 90% de renováveis, a China teria de investir cerca de US\$ 3,2 trilhões nos próximos 20 a 25 anos - o equivalente a 0,9% do **PIB** anual, exemplifica o professor. Na mesma perspectiva,

os EUA precisariam desembolsar US\$ 2,3 trilhões em 25 a 30 anos, e a UE, US\$ 1,2 trilhão em até 22 anos. Segundo Arbache, esses valores podem ser ainda maiores se considerados custos de redes, armazenamento, descomissionamento e programas sociais.

Por isso, o economista acredi-

ta que as vantagens competitivas do Brasil estão subvalorizadas. O país reúne uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, alta disponibilidade de energia renovável e capacidade produtiva em biocombustíveis e produtos de baixo carbono.

"Essas diferenças criam uma arbitragem global de carbono monumental: ao deslocar a produção de setores intensivos em energia para o Brasil e outros países renováveis, o mundo reduziria emissões e custos simultaneamente. Trata-se de uma oportunidade com ganhos econômicos, sociais, corporativos e ambientais sem precedentes - um novo paradigma de competitividade baseado em eficiência climática", defende Arbache.

Segundo o economista, o protecionismo exacerbado - por meio de barreiras tarifárias e não tarifárias - impede que

produtos de baixo carbono possam competir em igualdade de condições. "Há uma distorção global: países com alto subsídio verde e matriz energética suja bloqueiam produtos mais limpos vindos de países emergentes. Isso atrasa a transição e encarece o custo global da descarbonização", afirma.

O professor da UNB defende um esforço global para identificar inventários de emissões e estimular uma competitividade baseada em métricas claras por meio de "contabilidade do carbono", tradução do conceito de carbon accountability, que significa quantificar e assumir a responsabilidade pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE) geradas na operação direta de uma empresa ou entidade, na compra de energia e ao longo de sua cadeia de valor.

Os dados coletados serviriam de base para estratégias de redução e transparência sobre o impacto climático, além de ajudar na revisão de metas. "Hoje não há carbon accountability. O que existe são múltiplas taxonomias criadas para proteger mercados. Se houvesse um padrão global claro, haveria uma realocação maciça de capital e inovação para regiões mais limpas", afirma.

Ele acrescenta que o Brasil, como uma das lideranças energéticas globais, precisa acelerar a contagem e certificação de carbono. Com tanta energia renovável

à disposição, o país ainda precisa se abrir mais ao comércio para ampliar sua competitividade - e a COP pode ser a alavanca para isso. "Sovamos acelerar a descarbonização em nível global se baixarmos o custo dela. É assim que o capital será alocado onde estiverem as melhores condições", salienta.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188407>

Fazenda enviará informações sobre bets, diz Haddad

Ruan Amorini e Gabriela Guido

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a equipe econômica enviará, até quinta-feira (13), informações relacionadas ao projeto de lei que tributa as bets e as fintechs, solicitadas pelo relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM). Além disso, disse acreditar que, na próxima semana, o Senado deve apreciar o texto.

"Ele [Braga] pediu uma série de informações para a Fazenda, que vão ser prestadas até quinta-feira. E eu acredito que, na semana que vem, o Senado vai poder apreciar [o projeto]", declarou na segunda-feira (10) durante entrevista à CNN Brasil.

O projeto de lei, de autoria do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Renan Calheiros (MDB-AL), dobra a tributação das casas virtuais de apostas, elevando a alíquota de 12% para 24%, acima da proposta inicial da Fazenda, que previa aumento para 18%. O texto também amplia a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diversas instituições financeiras. A alíquota passaria de 15% para 20% no caso de bancos e sociedades de crédito, financiamento e investimento, e de 9% para 15% para fintechs distribuidoras de valores mobiliários.

O projeto retoma pontos da medida provisória (MP) que apresentava alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e que caducou após não ser apreciada pela Câmara dos Deputados em setembro. A receita prevista com as mudanças é de R\$ 4,98 bilhões em 2026, chegando a R\$ 18,04 bilhões no acumulado de três anos.

O titular da pasta ressaltou também que está "bem encaminhado" o fechamento orçamentário deste ano, após articulações recentes do governo com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Congresso. A meta de resultado primário de 2025 é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), aproximadamente R\$ 31 bilhões. A projeção mais recente do Executivo é de déficit primário de R\$ 30,2 bilhões para este ano.

"Nós vamos ter ainda algum debate nos próximos 30 dias, mas acredito que vamos fechar o Orçamento e a LDO da maneira como o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento pretendem", disse.

Haddad lembrou que, por questões operacionais, todo ano uma parte dos recursos orçados ficam parados em ministérios. Esse montante, chamado de "empocamento", varia de R\$ 15 bilhões a R\$25 bilhões por ano, de acordo com ele.

Assim, o ministro afirmou que é uma "imprecisão técnica" dizer que o governo mira no piso, e não no centro da meta fiscal.

"Em virtude do empocamento, você acaba trazendo para bastante perto do centro da meta o resultado", disse.

Haddad ainda afirmou que, embora considere que há espaço para o Banco Central cortar a taxa básica de juros, o presidente da autoridade monetária, Gabriel Galvão, "está fazendo um bom trabalho" de maneira geral. Atualmente, a Selic está em 15% ao ano.

"Ele tem feito um bom trabalho para coibir uma série de abusos no sistema financeiro. Eu falo das regulações das fintechs e da mudança do crédito imobiliário."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188407>

IA em ponto de inflexão: entre o avanço e o abismo (Editorial)

A recente declaração conjunta assinada por 850 pessoas, incluindo executivos de grandes corporações como o fundador do Virgin Group, Richard Branson, e o cofundador da Apple, Steve Wozniak, levanta a discussão sobre se a inteligência artificial está chegando a um ponto de inflexão. O grupo, que também tem especialistas em tecnologia, políticos e integrantes da família real britânica, pede o fim de esforços para criar uma "superinteligência", nomeado à forma de 1 que superaria os humanos em tarefas cognitivas.

Ferramentas que antes executavam uma única tarefa restrita agora demonstram raciocínio entre domínios, capacidade limitada de autoaperfeiçoamento e, em testes controlados, um instinto preocupante de "negociar" quando recebem a ordem de desligar. Nada disso prova que as máquinas são sencientes, mas seive de alerta. As preocupações dos signatários da carta incluem "obsolescência econômica, perdas de liberdade, dignidade e riscos à segurança nacional". Um relatório do Instituto Igarapé trata esses sinais como avisos antecipados, não meras curiosidades.

Líderes enfrentam uma escolha difícil: desacelerar ou acelerar. Pesquisadores de segurança defendem uma pausa até que os mecanismos de proteção consigam acompanhar o ritmo. Investidores, por outro lado, argumentam que qualquer moratória favorece os concorrentes. Em um cenário de competição global de soma zero e capital impaciente, a aceleração tende a prevalecer - especialmente se avanços em computação quântica reduzirem o tempo de treinamento de meses para dias.

O lado positivo é expressivo. A IA já está desburocratizando cadeias de suprimentos, acelerando a descoberta de medicamentos e aumentando a produtividade. Uma estimativa sugere que ela pode acrescentar US\$ 19,9 trilhões ao produto global até 2030, cerca de 3,5% do **PIB** mundial.

Mas os riscos escalam na mesma velocidade. Modelos fundacionais poderosos estão sendo integrados a mercados, redes elétricas, hospitais e armamentos. Um único exploit, acidente ou má configuração pode se espalhar por redes em segundos. Já as deep fakes estão corroendo a confiança na mídia e nas eleições. À medida que as capacidades se expandem, o perigo passa de falhas pontuais para choques sistêmicos e,

no extremo, risco existencial.

Estamos vivendo uma bolha de IA ou um boom real? O investimento é intenso, mas pesquisas recentes do mostram que muitos projetos corporativos ainda lutam para gerar valor mensurável. Assim como na era dos pontocom, o excesso atual pode estar lançando as bases concretas - data centers, fornecimento de chips e redes de alta velocidade - para a economia inteligente do futuro.

A energia pode ser fator decisivo. A demanda por data centers está disparando, com cargas de trabalho de IA podendo consumir entre 3% e 4% da eletricidade global até 2030. Ganhos de eficiência ajudam, mas não vencem sozinhos a demanda crescente. Será preciso investir em chips mais eficientes, geração de energia limpa, redes elétricas mais robustas e soluções de resfriamento mais inteligentes. Decisões sobre onde construir, qual fonte de

energia usar e como gerenciar a água estão se tornando rapidamente campos de disputa na formulação de políticas públicas.

A IA já está transformando o mercado de trabalho. Com o recente anúncio da Meta de 600 demissões, já ultrapassamos 180 mil postos cortados nas principais empresas do setor de tecnologia somente em 2025. Até 2030, cerca de 300 milhões de empregos poderão ser substituídos no mundo. Ao contrário de ondas anteriores de automação, agora as tarefas em risco incluem atividades criativas e profissionais.

O risco sistêmico é a preocupação central. Modelos desalinhados podem desencadear eventos súbitos, como falhas instantâneas em mercados de energia ou Finanças automatizadas. Estratégias de negociação de alta frequência podem ampliar a volatilidade em microssegundos, enquanto ferramentas de IA aceleram a exploração de vulnerabilidades cibernéticas. A combinação de velocidade, escala e opacidade pode transformar pequenos erros em contágio global.

O risco existencial deixou de ser assunto de nicho e passou a figurar em informes oficiais, embora as estimativas de "P(doom)" - a probabilidade de falha catastrófica - variem. Para acadêmicos, como Toby Ord, o risco de extinção humana gira em torno de

10%. Outros, como Roman Yampolskiy, alertam que esse número pode chegar a 99,9% se a AGI (Artificial General Intelligence) for mal gerida. Quando especialistas sérios divergem por ordens de grandeza, o bom senso sugere fazer heclge por meio de segurança e governança. Governos estão se movendo, mas divergindo em suas respostas. Os Estados Unidos adotam uma postura pró-inovação, enquanto a União Européia prioriza a precaução. A China está apertando os controles ao mesmo tempo em que amplia sua infraestrutura. O Brasil aposta em uma abordagem voltacla à redução de riscos, e a ínclia testa um caminho híbrido. Não haverá um único modelo global.

Se as autoridades realmente quiserem gerenciar riscos e oportunidades, precisarão adotar uma supervisão proporcional ao nível dc risco, exigir transparência nos ciados cie treinamento e tornar auditorias, testes adversariais e exercícios dc red team obrigatórios antes de escalar sistemas cm setores críticos. No cenário internacional, será essencial negociar limites para a escalada cibernética c o uso de armas habilitadas por IA, como uma espécie de novo controle de armamentos para a era digital. O objetivo não é sufocar a inovação, mas civilizá-la.

Conselhos de administração precisam alinhar ambição com responsabilidade: criar comitês de risco em IA, diversificar cadeias de suprimento de dados e processamento e tratar alinhamento e interpretabilidade como prioridades estratégicas. A filantropia, por sua vez, deve financiar uma IA de interesse público por meio de ciência aberta, estruturas compartilhadas de auditoria e capacitação global - para que os benefícios se espalhem em vez de se concentrarem.

Acima de tudo, o público precisa de uma visão clara da dualidade da IA. Ela é, ao mesmo tempo, a espinha dorsal do próximo salto de produtividade e um vetor de fragilidade sistêmica. O verdadeiro teste está em saber se reguladores, empresas e sociedades conseguirão alinhar inovação e segurança rápido o suficiente para colher os frutos do boom e sobreviver ao eventual baque. Quem conseguir, vai prosperar. Quem não conseguir, pode descobrir que as máquinas se movem mais rápido do que suas regras.

Robert Muggah é cofundador do Instituto Igarapé.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188407>

Bom humor global leva Ibovespa a novo recorde

Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet e Arthur Cagliari De São Paulo

O bom humor global engatilhado pela possibilidade do fim da paralisação ("shutdown") do governo dos Estados Unidos levou a um pregão de amplo apetite por risco nos mercados domésticos. O Ibovespa subiu aos 155 mil pontos e estendeu sua sequência de quebras de recorde de fechamento pela a 11 sessão consecutiva, enquanto o dólar comercial e os juros futuros anotaram recuos relevantes.

Encerrados os negócios do dia, o principal índice da bolsa brasileira saltou 0,77%, aos 155.257 pontos, após tocar a máxima - e também recorde intradiário - de 155.601 pontos.

Em movimento similar ao da bolsa, o mercado doméstico de câmbio teve um pregão bastante positivo ontem por conta do ambiente externo. O dólar comercial encerrou em queda de 0,55%, cotado a R\$ 5,3069.

A possibilidade de fim do "shutdown", após mais de um mês de impasse, marca um novo episódio em que os desdobramentos nos Estados Unidos são cruciais para o avanço de mercados emergentes. Segundo Rodrigo Santoro, superintendente de renda variável da

Bradesco Asset Management, isso ocorre especialmente diante da continuidade do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

"O grande motivo dos recordes é externo: corte de juros nos EUA e dólar mais fraco, o que faz com que os investidores busquem diversificação e migração para emergentes, o que bate no Brasil e em outros países", diz Santoro. "Ao olhar a performance de outros países da América Latina, o Brasil está em linha com eles. Em dólares, a bolsa brasileira sobe 47% no ano, assim como México e Chile."

Mesmo que, no curto prazo, os principais catalisadores para a valorização do Ibovespa sigam concentrados no ambiente externo, há outros fatores domésticos que podem favorecer as ações, avalia Santoro. Entre eles, estão a perspectiva de queda dos juros no Brasil a partir do primeiro trimestre de 2026, a desaceleração da economia - já refletida nos resultados das

empresas acompanhadas pela Bradesco Asset - e o arrefecimento da **inflação**, provocado pela valorização do câmbio e pela queda dos preços das commodities.

"Ainda não vemos a bolsa reagindo à queda de juros no Brasil", afirma Santoro. "Mais para o fim deste ano e o início do próximo, o mercado deve voltar o foco para a baixa dos juros. Em 2026, esse será o principal tema, com a sincronização dos ciclos de cortes de juros [locais e americanos] e um 'pouso suave' nos EUA, cenário que tende a beneficiar bastante o Brasil."

Nesse sentido, o pregão de ontem mostrou um mercado mais otimista quanto ao ciclo de flexibilização monetária no Brasil na véspera das divulgações do IPCA de outubro e da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana passada.

Ao mesmo tempo em que é esperado um arrefecimento relevante nos dados de **inflação** do mês passado, parte do mercado também entende que a ata deve esclarecer se a projeção do colegiado para o IPCA no horizonte relevante da política monetária, de 3,3%, já incorporou os efeitos da reforma do Imposto de Renda (IR), aprovada pelo Senado

pouco depois do fim da reunião do Copom na quarta-feira.

Com isso e em meio ao ambiente global de apetite por risco, os juros futuros fecharam em forte queda ontem. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2029 despencou de 13,07% a 12,955%, enquanto a taxa do DI de janeiro de 2031 caiu de 13,375% para 13,25%.

Para alguns operadores de renda fixa, será crucial entender se a projeção do Copom de um IPCA a 3,3% no segundo trimestre de 2027 já incorporava eventuais efeitos inflacionários da ampliação da isenção do IR a salários de até R\$ 5 mil, com redução do imposto para a faixa de até R\$ 7.350.

Se sim, a visão do mercado é a de que a projeção é otimista e deixa viva a possibilidade de um corte de juros já em janeiro. Caso a projeção do Copom ainda não embute os efeitos da medida, "a barra" para cortar a taxa Selic no primeiro mês de 2026 fica ainda mais alta, segundo um participante do mercado.

Embora não seja praxe o BC incorporar às suas projeções medidas econômicas antes de se tornarem leis, um operador de renda fixa argumenta que houve um caso em que isso ocorreu, quando a reforma

da previdência foi aprovada em primeiro turno em 2019.

"Acho que agora pode ter feito também. Ainda mais porque [o Senado] aprovou tudo na quarta feira. E, na quarta, já durante a reunião do Copom, a proposta havia passado na Comissão [de Assuntos Econômicos, CAE]", afirma esse operador em condição de anonimato.

Os investidores ainda operaram de olho no cenário político local, atentos a pesquisas que possam indicar uma perda de popularidade do governo - e, portanto, uma maior chance de

alternância na condução da política econômica a partir de 2027.

Para Michael Pfister, analista de câmbio do Commerzbank, a mudança de ciclo monetário para juros menores no Brasil e as incertezas eleitorais devem tirar tração do real em 2026. "O dólar pode até conter a queda do real no primeiro semestre, mas deverá se fortalecer novamente no segundo, quando a taxa de câmbio pode chegar a cerca de R\$ 5,70 por dólar. Uma recuperação mais sólida do real só deve ocorrer a partir de 2027, após as eleições e o fim do ciclo de cortes de juros."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251111>

Potência monetária sob novo canal bancário (Artigo)

Palavra do gestor Marco Antonio Caruso, Gilmar Lima e Henrique Danyi

Nos últimos anos, tornou-se recorrente afirmar que a política monetária brasileira perdeu parte de sua potência. Os analistas repetem que os "canais de transmissão estão entupidos" e apresentam um leque de razões: um mercado de capitais mais desenvolvido, que permite às empresas captar recursos diretamente e reduz sua dependência dos bancos; a persistência de linhas de crédito direcionado, que criam assimetrias e amortecem o impacto da Selic; e, sobretudo, uma política fiscal expansionista, que sustenta a demanda agregada mesmo quando a taxa básica se mantém em patamares elevados. Esse diagnóstico, à primeira vista, sugeriria que o Banco Central perdeu parte de sua capacidade de influenciar as condições financeiras e de ancorar expectativas de inflação.

Contudo, um elemento recente e ainda pouco explorado desafia essa leitura: a Resolução CMN 4.966/2021, em vigor desde janeiro de 2025. A norma redefine a forma de constituição de provisões de crédito e aproxima o sistema bancário brasileiro dos padrões internacionais IFRS 9. Sua principal inovação é substituir a abordagem de "perda incorrida" ("incurred credit losses") pela de "perda esperada" ("expected credit losses"). Essa mudança obriga as instituições financeiras a projetar cenários macroeconômicos base e alternativos e a ajustar de maneira prospectiva seus níveis de provisão e estratégias de hedge, internalizando expectativas sobre crescimento, emprego e inadimplência.

Sob a lógica anterior, os bancos reforçavam seus "colchões" de perda quando a deterioração já estava contratada, o que criava um atraso entre a decisão de política monetária e a retração efetiva do crédito. Agora, choques na Selic que afetam as perspectivas para a atividade econômica passam a influenciar antecipadamente as decisões de concessão. Diante da maior perda esperada, as instituições financeiras aumentam preventivamente o estoque de provisão, o que implica redução do capital disponível para novos empréstimos e aumento do custo do crédito, ampliando a sensibilidade das taxas finais à "policy rate". A comunicação do BC também ganha peso: quando o comitê sinaliza um ciclo crível de aperto prolongado, o simples ajuste de expectativas já pode induzir maior cautela na originação de crédito, antes

mesmo de perdas efetivas.

A implementação de uma parte relevante das novas regras contábeis é gradual, conforme as Resoluções CMN 5.199/2024 e BCB 448/2024, com transição prevista até 2028. Nesse período, o impacto negativo no capital regulatório decorrente da adoção do modelo de provisões do IFRS 9 será reduzido progressivamente: de 75% em 2025 para zero em 2028. Embora ainda em fase inicial, o novo modelo contábil pode, ao longo do tempo, tornar o sistema financeiro mais sensível ao ciclo da Selic, ampliando a potência da política monetária. No entanto, esse efeito dependerá da adaptação das instituições e da evolução do mercado de crédito.

Naturalmente, a resolução 4.966 não elimina todos os obstáculos. O crédito direcionado continua a amortecer parte do aperto, e a política fiscal expansionista segue atuando como contrapeso relevante, especialmente diante das incertezas sobre o equilíbrio das contas públicas e da trajetória da dívida. Ainda assim, trata-se de uma inovação institucional que ajuda a reequilibrar o jogo e merece destaque no debate. É importante reconhecer que, ao menos no sistema bancário, a política monetária pode ter ganhado uma nova camada de tração e previsibilidade.

O alcance da Selic, afinal, não é fixo nem imutável. Ele se redefine à medida que instituições, regras e expectativas evoluem. A Resolução 4.966 é um exemplo concreto de como mudanças regulatórias bem desenhadas podem ampliar a eficácia da política monetária no Brasil, lembrando que a sua potência depende não apenas do nível da taxa, mas também do arcabouço institucional que molda a reação dos agentes econômicos e financeiros.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251111>

O desafio à frente

Denise Chrispim Marin Para o Valor, de São Paulo

A agregação de valor aos minerais críticos e estratégicos já extraídos ou por serem explorados no Brasil tornou-se a aposta do governo federal para alavancar a competitividade do país nos vetores da economia mundial no século XXI. A fome das indústrias de transição energética, tecnologia avançada e defesa por supridores alternativos aos da China dá vazão à empreitada. A lacuna de dados e as indefinições sobre a política de Estado para o setor, porém, geram incógnitas sobre a viabilidade dessa agenda.

O cenário é tentador. Estudo da consultoria Deloitte e da AYA Earth Partners estima que o país, dono de 10% das reservas mundiais desses minerais, acrescentará R\$ 243 bilhões ao seu Produto Interno Bruto (PIB) até 2050 se vier a refinar tais insumos. Na outra ponta, a demanda apenas por insumos minerais para a transição energética deve dobrar até 2030 e quadruplicar em 2050, em comparação com a de 2022, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

O Brasil, porém, não corre sozinho. Canadá, Austrália e outros países detentores de reservas também investem no mesmo terreno. Aqui, a lista de incógnitas é longa. A começar, pela simples distinção de quais são os minerais críticos e quais são os estratégicos, que determinará benefícios distintos do Estado.

Enquanto Pequim, líder há décadas da oferta de minerais refinados, avança

"Para produzir ímãs e ligas em escala, não adiantará a boa vontade" André Pimenta

no uso desses insumos na seara tecnológica, o Brasil criou seu Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) apenas em outubro. O projeto de lei que fixará as premissas da Política Nacional de Minérios Críticos e Estratégicos (PNMCE), de 2024, ainda tramita no Congresso.

Há trabalhos em curso, como o mapeamento do potencial de investimentos na agregação de valor desses minérios pela Casa Civil e a aceleração da identificação de reservas pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB). Mas o projeto brasileiro nasce com atraso de mais de 30 anos em relação ao início da execução do plano que garantiu à China a dominância global em minerais críticos e estratégicos refinados e

na indústria focada na transição energética.

Entre as discussões do Executivo, existe razoável consenso sobre o impulso à agregação de valor em duas esferas, segundo Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial e Inovação. "Temos de explorar esses minerais sem perder a perspectiva de agregação de valor. Além de jazidas, o Brasil oferece energia limpa para a evolução de sua mineração e indústria, o que nem a China nem outros supridores têm."

A primeira esfera envolverá o refino desses minérios extraídos no Brasil, como meio de contornar a histórica exportação de matérias-primas em bruto e de aproveitar a aversão da indústria mundial à dependência da China. O Ministério de Minas e Energia (MME) reconhece ser um desafio romper a dominância asiática. Mas insiste nas vantagens comparativas do Brasil, como o potencial geológico e a base industrial diversificada, além da energia limpa.

A empreitada mais difícil dessa esfera diz respeito às terras raras, o ponto de partida para a fabricação de ligas, ímãs permanentes e catalisadores - itens essenciais para as indústrias de energia limpa e eletrônica. O Brasil detém a segunda maior reserva mundial, atrás da China, mas exporta para esse país a produção em bruto de sua única mina em operação no momento. Assim continuará até obter a tecnologia de separação dos elementos químicos dessa matéria-prima - o diferencial que confere dominância a Pequim.

A tarefa está em curso há mais de uma década em institutos de pesquisa e também no Laboratório de Terras Raras da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), operado pelo Senai. Segundo André Pimenta, coordenador do laboratório, a entrega do protótipo da tecnologia brasileira está prevista para junho de 2028. "Para produzir ímãs e ligas em escala, não adiantará a boa vontade. Será preciso investimento de bilhões de dólares em cada planta, políticas públicas e, principalmente, superar o desafio tecnológico."

A ausência de definições do governo não inibe totalmente a movimentação de investidores na esfera do refino de lítio, nióbio, níquel, grafite, terras raras e outros minérios. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) estima o investimento de US\$ 18,45 bilhões na exploração de tais insumos no país até 2029. Cada projeto de agregação de valor, porém, exigirá de cinco

a dez anos de maturação e investimento bilionários.

A segunda esfera de agregação de valor, segundo Moreira, envolve a produção de bens finais para a transição energética e a tecnologia de ponta, ancorada no suprimento local de minerais refinados. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) antevê espaço para o país na fabricação de turbinas solares e eólicas e baterias para carros elétricos e estocagem de energia - itens hoje de domínio chinês - e até de semicondutores avançados.

O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, considera a empreitada "plausível e desejável", desde que haja um marco regulatório estável, licenciamento ambiental célere e um "verdadeiro pacote de competitividade" do governo. "Se combinarmos a oferta doméstica com a qualificação do trabalho e a pesquisa aplicada, a indústria mineira poderá capturar novos elos de alto valor", afirma.

Por ora, entretanto, o cenário fiscal do país não favorece a criação de um robusto regime de subsídios e incentivos fiscais. A conexão das jazidas ainda não exploradas a portos e a centros de demanda do país, assim como a qualificação de mão de obra, terá de ser superada. Para André Rebelo, diretor-executivo de gestão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), além dessas deficiências, as incertezas sobre a evolução dos preços dos minérios processados impõem riscos a projetos nascentes. "É possível que nem mesmo um regime especial venha a impulsionar o adensamento da cadeia mineral", afirma.

No caso da indústria, a dificuldade será bem maior. Em sua opinião, o empobrecimento do setor nas últimas quatro décadas e os altos custos tributários, trabalhistas e de capital não favorecem a agregação de valor na produção de bens tecnológicos e para a transição energética, como pleiteia o Mdic. "Seria aconselhável, primeiro, avançar na exploração de minerais críticos e estratégicos e encontrar soluções para adensar essa cadeia antes de planejar uma maior sofisticação da produção industrial."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251111>